



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 398/2024

Processo Número: **29765/2024** | Data do Protocolo: 29/11/2024 15:07:34



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100370037003500310034003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, requeiro que se oficie à Secretaria de Estado da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, para que esclareça o seguinte sobre contratos e empregados da Fundação Padre Anchieta:

- 1- Solicitamos a relação completa de empregados contratados pela Fundação Padre Anchieta através de pessoa jurídica (denominada "pejotização"), com fornecimento de documentos comprobatórios.
- 2- Descrever, na listagem solicitada, informações completas como nomes, período dos contratos e valores totais pagos e a pagar de cada um dos contratos.

JUSTIFICATIVA

Este mandato realizou, no último dia 25/11, uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa em defesa dos trabalhadores da Fundação Padre Anchieta, contra as demissões e o fim dos programas.

Nessa oportunidade, tomamos conhecimento do quadro caótico que se instalou nesta importante instituição responsável pela difusão da Cultura em nosso Estado, fruto do descaso do governo atual e advindo de governos anteriores. Foram relatados problemas como cortes em sua verba de custeio, contingenciamento de recursos orçamentários, demissões, sucateamento da TV Cultura, precarização da força de trabalho, dentre outras.

Um tópico bastante sensível e que chamou a atenção foi o atinente às questões envolvendo o quadro de pessoal da Fundação. Há um sério problema de defasagem salarial, falta de realização de concursos públicos e precarização da força de trabalhos através de expedientes, a princípio, considerados irregulares de contratação de pessoal através de pessoa jurídica (a conhecida e famigerada "pejotização"). Segundo foi apurado por representantes sindicais dos trabalhadores da Fundação presentes na Audiência Pública, hoje haveria por volta de 863 trabalhadores nessa condição de contratados via pessoa jurídica.

Tal situação gera um imenso problema para a Fundação Padre Anchieta, pois já há notícias de pejotizados que processaram a entidade no intuito de se reconhecer o vínculo trabalhista para obterem os seus direitos, gerando assim um considerável passivo a ser pago. E, além disso, a Fundação não dá transparência aos contratos de pejotização realizados, de forma que não se sabe sobre os valores pagos e prazos desses contratos.

Sabemos que a Fundação Padre Anchieta é uma importante instituição de nosso Estado, responsável pela difusão da Cultura, entretenimento e informação. Sua importância e relevância são notórias, inclusive já tendo recebido diversos prêmios e reconhecimento nacional e internacional. Portanto o seu bom funcionamento é assunto de relevante interesse público.

Com o intuito de esclarecer tal situação, e tendo em vista ser a Fundação Padre Anchieta um órgão vinculado a esta Secretaria, é que apresentamos este requerimento.

Carlos Giannazi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200310034003600320032003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em **29/11/2024 11:11**

Checksum: **BD47A7AC82D30C9C1CF507CE0D8D90BF208BD379DC0B5435EA35C6CB85270D50**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200310034003600320032003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.